

REFUNCIONALIZAÇÃO TURÍSTICA DO CENTRO HISTÓRICO DE HAVANA VELHA

<https://doi.org/10.4215/rm2020.e19020>

María Karla Hernández González ^{a*} - Maria Tereza Duarte Paes ^b

(a) Mestra em Geografia. Mestre pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7960-7507>. **LATTES:** <http://lattes.cnpq.br/3903724795068784>.

(b) Doutora em Ciências Sociais. Professor da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo (SP), Brasil.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0632-1521>. **LATTES:** <http://lattes.cnpq.br/2575223542516645>.

Article history:

Received 30 June, 2020

Accepted 05 August, 2020

Publisher 15 September, 2020

(*) CORRESPONDING AUTHOR

Address: UNICAMP. Rua Carlos Gomes, nº 250, Cidade Universitária, CEP: 13083855, Campinas, São Paulo (SP), Brazil. Tel: (19) 35214570.

E-mail: mkhglez@gmail.com

Resumo

Este artigo trata da refuncionalização turística do Centro Histórico de Havana Velha, marcada por dois eventos fundamentais: a declaratória do Centro e do sistema defensivo da cidade a Patrimônio Cultural da Humanidade (UNESCO), em 1982, que conferiu visibilidade internacional ao conjunto e, a decisão governamental de desenvolver o turismo cultural nesta área, a partir de 1993, tornando a zona histórica atrativa para a comercialização, agudizando as contradições socioespaciais. Por meio de revisão bibliográfica, de pesquisa documental e de análise de resultados empíricos, avaliamos a renovação da paisagem urbana, os deslocamentos de uma parte da população de baixa renda, a chegada das classes médias cubanas e a revalorização, mesmo que informal, das moradias. Esses fatos apontam a existência de um processo de gentrificação emergente no Centro Histórico de Havana Velha.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Refuncionalização Turística; Centro Histórico; Havana Velha.

Abstract / Resumen

TOURISM REFUNCTIONALIZATION OF THE HISTORICAL CENTER IN OLD HAVANA

This paper deals with tourism refunctionalization in the Old Town in Havana, which was marked by two fundamental events: the City Center (Old Havana) and its Fortification System were declared World Cultural Heritage sites by the UNESCO in 1982, a fact that bestowed international visibility to the architectural ensemble, and the government decision on cultural tourism development in this area from 1993 on, thus, making these historical sites attractive for commercialization and aggravating socio-spatial contradictions. The study, which comprised a literature review, documentary research and an analysis of empirical results, aimed at evaluating the renewal of urban landscape, displacement of a part of the low-income population, arrival of the Cuban middle class and revaluation of housing, albeit informal. These facts highlight that there is a growing gentrification process taking place in the Historical Center of Old Havana.

Keywords: Cultural Heritage, Tourism Refunctionalization, Historical Center, Old Havana.

REFUNCIONALIZACIÓN DEL TURISMO EN EL CENTRO HISTÓRICO DE LA VIEJA HABANA

Este artículo aborda la refuncionalización turística del Centro Histórico de la Habana marcada por dos eventos fundamentales: la declaratoria del Centro y del sistema defensivo de la ciudad como Patrimonio Cultural de la Humanidad (UNESCO), en 1982, hecho que le otorgó visibilidad internacional al conjunto y, la decisión gubernamental de desarrollar el turismo cultural en esta área, a partir de 1993, potenciando la atraktividad de la zona histórica para su comercialización, hecho que agudizó las contradicciones socioespaciales. En este artículo, por medio de revisión bibliográfica, de investigación documental y del análisis de resultados empíricos, evaluamos la renovación del paisaje urbano, los desplazamientos de una parte de la población de menores ingresos, la llegada de la clase media cubana y la revalorización, incluso cuando es informal, del precio de las casas. Hechos que señalan la existencia de un proceso de gentrificación emergente en el Centro Histórico de la Habana Vieja.

Palabras-clave: Patrimonio Cultural, Refuncionalización turística, Centro Histórico, Habana Vieja.

INTRODUÇÃO

A turistificação de alguns centros históricos da América Latina está relacionada às declaratórias destes sítios a Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e à Cultura (UNESCO), ressaltando a relação entre patrimônio mundial e turismo como uma lógica integrada de visibilidade e consumo dos lugares. A declaratória da UNESCO é uma garantia de notoriedade internacional dos sítios, agrega valor econômico aos bens e atrai investimentos e turistas, como aconteceu nas cidades latino-americanas com sítios do patrimônio mundial (DELGADILLO, 2015).

Este artigo analisa o Centro Histórico de Havana Velha, uma zona com grande número de edificações históricas, com um sistema de fortificações do período colonial e muitos espaços públicos, declarados pela UNESCO, em 1982, em conjunto com o sistema defensivo, Patrimônio Cultural da Humanidade.

Cuba, República Socialista e sob o embargo comercial dos Estados Unidos, desde 1958, implementou processos de reestruturação do espaço urbano para adaptar a zona central de Havana ao turismo internacional, processo contraditório de apropriação e uso do espaço urbano no contexto latino-americano.

Os resultados apresentados tiveram como base uma pesquisa bibliográfica sobre turismo, patrimônio cultural e gentrificação, particularmente produzida por autores latino-americanos; uma análise documental sobre a recuperação do Centro Histórico de Havana Velha e o turismo na zona, entre 1990-2018, em: mapas e fotografias da Empresa de Proyectos RESTAURA (2017); sites disponíveis na página da Oficina del Historiador de la Ciudad - Emisora Habana Radio, Habaguanex S.A, Revista Opus Habana; Plan Maestro (2004; 2006; 2016); leis sobre as regulações urbanísticas do Centro Histórico e Plan Especial de Desarrollo Integral 2030 (2016); Anuários Estatísticos de Cuba da Oficina Nacional de Estadísticas (ONE), referentes ao turismo internacional em Cuba entre 1990-2015 e 2015-2018; dados e documentos da declaratória do Centro Histórico de Havana Velha no repositório digital da UNESCO e do Consejo Nacional de Patrimonio Cultural del Ministerio de Cultura.

Com o objetivo de dar voz aos sujeitos locais foi realizado um trabalho de campo no Centro Histórico de Havana Velha, entre agosto e setembro de 2018, com a aplicação de entrevistas semi-estruturadas com alguns grupos que convivem nesta zona: moradores locais, trabalhadores estatais, trabalhadores ou donos de negócios privados e funcionários ou técnicos dos centros de gestão do patrimônio e do turismo. As entrevistas abarcaram um total de 22 atores e abordaram diversos temas, tais como as implicações do processo de refuncionalização turística do patrimônio cultural (AUTOR 2, 2012); os deslocamentos de moradores para fora do Centro; a chegada das classes médias cubanas à área; os aspectos positivos e negativos da abertura turística (AUTOR 1, 2019). As entrevistas foram analisadas com a utilização do programa computacional ATLAS.ti. Também foi realizada uma observação guiada e um levantamento fotográfico que procuraram identificar e registrar as condições de vida da população (moradia, serviços, equipamentos públicos), a infraestrutura para o turismo (hotéis, restaurantes, centros noturnos) e as características dos negócios privados da área.

O CENTRO HISTÓRICO DE HAVANA VELHA: DA RECUPERAÇÃO À REFUNCIONALIZAÇÃO TURÍSTICA

No perímetro onde hoje se reconhece como Centro Histórico no município de Havana Velha, a cidade de Havana foi fundada, em 1519, com edificações de um único piso com pátio interior, grandes portões, decorações de cerâmica, fortificações militares, igrejas e praças (PLAN MAESTRO, 2004). Em 1607 torna-se a capital da ilha, devido à sua localização na baía, porto chave para as relações entre o Novo e o Velho Continente (LEAL, 2004).

O sistema de fortificações do século XVI, como o Castillo de la Real Fuerza, o Castillo de Los Tres Reyes del Morro e o Castillo de San Salvador de la Punta, assim como a Fortaleza de San Carlos de la Cabaña e a Muralla de La Habana, do século XVII, protegiam a cidade dos ataques dos corsários e piratas.

Em seguida, o embelezamento da cidade e a criação de espaços para as ordens religiosas espanholas (PLAN MAESTRO, 2004), uma marca dos colonizadores, fundam: o Convento de San Agustín, a Ermita del Humilladero, a Iglesia del Santo Ángel Custodio, o Monasterio de Santa Teresa e o Convento de San Felipe Neri (LEAL, 2004); e as cinco praças fundamentais, do século XVIII, espaços públicos da vida cotidiana.

Entre os séculos XVIII e XIX a Vila investe nas edificações culturais, no ferrocarril e nos bairros residenciais de elite que produziram um êxodo da população, deixando o centro com a função industrial (PLAN MAESTRO, 2004).

O país se envolveria em três guerras independentistas, intento frustrado pela entrada dos Estados Unidos na guerra em 1898, quando o país deixou de ser colônia espanhola para transformar-se em uma neocolônia norte-americana, ainda que tenha se tornado uma república em 1902. O país mudava de dono e mudavam os interesses envolvidos.

A cidade da Havana, resultado da mistura de brancos espanhóis, negros africanos, aborígenes cubanos e, mais tarde, os criollos, manteve suas marcas nas construções cristalizadas no espaço e no tempo presentes, pois, diferentemente de outras cidades da América Latina, ali não chegou a modernização urbana (CASTILLO, 2001).

Em uma área de 2,14 km², o Centro Histórico ocupa, aproximadamente, 50% do município Havana Velha (Figura 1): a antiga zona intramuros, a área de expansão, no final do século XIX, o Paseo do Prado, e parte do Bairro Jesús María (ALOMÁ, 2001).

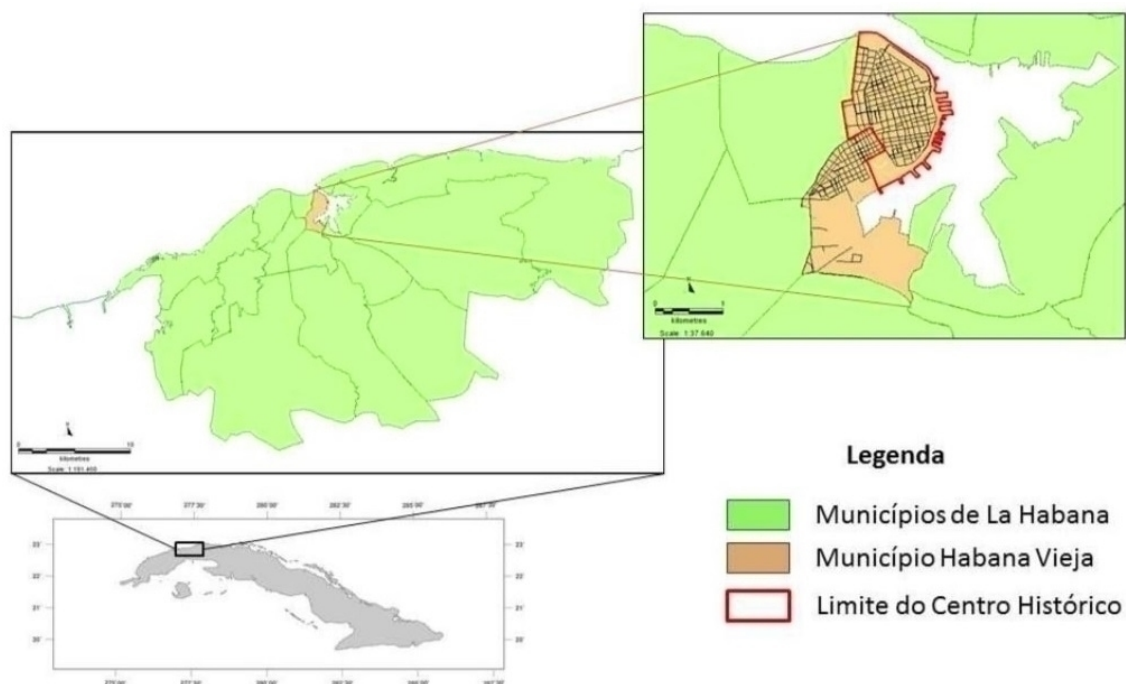


Figura 1 - Província de Havana, em verde, município Havana Velha, em rosa, e Centro Histórico, perímetro em vermelho. Elaborado pela autora. Fonte: Empresa de Proyectos RESTAURA (OHCH) (2017).

Na década de 1930, um grupo de intelectuais nacionalistas e conhecedores do valor do patrimônio histórico, começa uma série de ações para obter apoio estatal para a preservação do patrimônio documental da cidade e, posteriormente, do patrimônio arquitetônico do Centro antigo. É neste contexto que surge, em 1935, o cargo de Historiador de la Ciudad e, em 1938, a Oficina del Historiador de la Ciudad de La Habana (OHCH) (ALOMÁ, 2015a), instituição que se dedicaria a defender a cultura nacional e a proteger as construções coloniais do Centro Histórico de Havana Velha.

Entre 1940 e 1950, a OHCH dedicou-se à recuperação, conservação e reabilitação de obras e conjuntos arquitetônicos, tais como, a proteção do Castillo de la Fuerza, do século XVI, e seu entorno - a

Plaza de Armas e as casas dos moradores mais notórios; a restauração de parte da Muralla de la Habana, do século XVII; a restauração da porta de La Tenaza, uma das portas da Muralla de la Habana; do Convento e Igreja de San Francisco de Asís, do século XVI; do prédio da Hacienda, da Catedral, do século XVIII, e do Palacio Aldama, mansão cubana do século XIX (PLAN MAESTRO, 2006).

No dia primeiro de janeiro de 1959 triunfa a Revolución Cubana, a partir da qual o país entrava em um período de profundas mudanças sociais, políticas e econômicas. O novo governo reconheceu a OHCH e o seu trabalho e, mesmo com poucas ações estratégicas para a preservação do patrimônio entre os anos 1960 e 1970, algumas foram significativas, tais como: o início de um plano de recuperação para Havana Velha, que incluía intervenções nas três praças principais, Plaza de Armas, Plaza de San Francisco e Plaza de la Catedral; a continuidade das obras no Castillo de la Real Fuerza e no Palacio del Segundo Cabo; e início da reabilitação do Palacio de los Capitanes Generales para a transformação deste em sede do Museo de la Ciudad (ALOMÁ, 2015a).

Em 1982 a UNESCO declarou o Centro Histórico e o sistema defensivo da cidade, com dez fortificações militares, fora da área do Centro Histórico, considerados pelo Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS, 1981) como conjunto homogêneo, como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Após a declaratória a UNESCO facilitou a ajuda técnica e econômica para os trabalhos de reabilitação do Centro Histórico e do sistema defensivo. Entre 1985 a 2002 aprovou auxílios de 263.777 USD para a recuperação da Plaza Vieja e dos prédios que a circundam; para a conservação do Parque Histórico Militar Morro Cabaña, constituído pelo Castillo de los Tres Reyes del Morro e Fortaleza de San Carlos de la Cabaña, transformados em museus; e à reabilitação do Convento de Santa Clara de Asís (UNESCO, 2018).

A UNESCO buscou assistência financeira para a recuperação da Plaza Vieja e, embora não tenha conseguido arrecadar fundos suficientes e a mesma só tenha sido totalmente restaurada no final dos anos 1990 (EMISORA HABANA RADIO, 2019), foi ela que iniciou uma campanha internacional para obter os recursos financeiros com o seguinte chamado:

(...) a los estados miembros (...), a las organizaciones intergubernamentales y no gubernamentales, a las instituciones públicas y privadas, a las fundaciones, artistas y poetas, historiadores y educadores, a ofrecer con generosidad sus contribuciones en dinero, en materiales o en servicios para la gran tarea que emprende el Gobierno de la República de Cuba para preservar su patrimonio histórico (...) (ALOMÁ, 2015b: 200)

Além dos recursos provenientes da cooperação internacional, aumentaram os recursos governamentais para a recuperação do Centro Histórico (PLAN MAESTRO, 2006). Mesmo que os Planes Quinquenales e os projetos de planejamento econômico em diversas áreas tenham se iniciado em 1981, para a recuperação de Havana Velha foi a partir da declaratória da UNESCO que essas estratégias ganharam força. Foram recuperados espaços públicos, como as praças da Catedral e de Armas e de movimentadas vias de acesso, como Oficios, Mercaderes, Tacón e parte de Obispo - em reconstrução até hoje -; do Colegio de San Francisco de Sales e dos prédios de arquitetura doméstica pertencentes a Martín Aróstegui, da família Franchi Alfaro, de Beatriz Pérez Borroto e de Lombillo; dos Palacios del Marqués de Aguas Claras, Conde de Casa Bayona e Conde de Jaruco, sendo a maioria reabilitadas para funções culturais, comércio e moradia (LEAL, 2004).

Entre as prioridades para o restauro de prédios, praças, monumentos e ruas, incluía-se o estado de conservação e a localização entre as principais ruas e espaços públicos do Centro Histórico (ALOMÁ, 2015a). No ano de 1990 foram recuperados mais de cinquenta prédios (PLAN MAESTRO, 2006), intervenções que valorizaram o conjunto paisagístico do Centro. Contudo, com o colapso do bloco socialista europeu e a desintegração da União de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o panorama econômico se transformaria radicalmente no país.

A crise econômica se instalou em Cuba e a UNESCO incitou novamente a cooperação internacional para a reabilitação de Havana Velha. Desta forma, o país recebeu assistência técnica e econômica de países como México, Espanha, Itália e Bélgica que somavam, até 2008, 25,8 milhões de USD (ALOMÁ, 2015b). Esta cifra demonstra que, mesmo se tratando de um país sob o bloqueio econômico, pela via do patrimônio cultural, e a partir da declaratória da UNESCO, o auxílio financeiro e

a cooperação internacional para a recuperação do patrimônio arquitetônico do Centro Histórico de Havana Velha, romperam esse bloqueio.

Ainda assim, a declaratória em si mesma não impulsionou as cifras de turistas internacionais em Cuba ou no Centro Histórico de Havana, e o crescimento do número de turistas nos anos 1980, antes da declaratória, até os anos 1990, estava associado aos destinos de sol e praia, na área do Caribe (FERNÁNDEZ, 2008). Nesse período, a forte crise econômica se acirrou sem o apoio do Conselho de Ajuda Mútua Econômica (CAME), e o governo, sem recursos financeiros para a reconstrução do Centro Histórico, suspendeu o orçamento que já havia sido aprovado, em 1981, para esse fim. Era o início do chamado Período Especial em Cuba. O produto interno bruto (PIB) caiu de -2,90%, em 1990, para -14,9%, em 1993; as exportações e importações diminuíram a menos da metade; escassearam o petróleo, os fertilizantes, os insumos agrícolas, os alimentos, os produtos básicos; o fornecimento de energia elétrica e os sistemas de transporte se tornaram instáveis (SANTOS, 2014), e instalou-se a escassez de produtos para a população e a proliferação de todo tipo de mercado informal.

Foi nesse momento que o governo da Ilha optou por desenvolver o turismo internacional para sair da crise e as estratégias se reorientaram para o turismo cultural, com novas ações no Centro Histórico, associadas a notoriedade da declaratória da UNESCO e com estratégias para uma recuperação autofinanciada. Em 1993 foi assinada a Lei-decreto 143 que declara o Centro Histórico como “área de conservação de máxima prioridade”, dando essa responsabilidade, uma vez mais, à Oficina del Historiador de la Ciudad de La Habana, em associação à Companhia Turística Habaguanex S&A, o que facilitou os meios econômicos e legais para a sua criação. A mesma se dedicaria à atividade turística e arrecadaria divisas a serem invertidas na salvaguarda do Centro Histórico (LEAL, 2004).

A Oficina del Historiador de la Ciudad de La Habana, criada com o objetivo de preservar, proteger e restaurar o patrimônio histórico de Havana Velha, teria, a partir deste decreto, que criar e gerir as instalações turísticas e comerciais próprias – em seguida um sistema empresarial –, que proporcionassem os recursos econômicos para a recuperação, animação cultural e investimentos sociais do entorno. Sem mudar o conceito desta instituição, somaram-se novas funções – as turísticas –, que fugiam das razões pelas quais ela havia sido criada.

A partir de 1994 se inicia o processo de refuncionalização turística do patrimônio arquitetônico no Centro Histórico. Mais de 25 edificações com função habitacional, tais como antigos palácios e casas coloniais que pertenceram às elites, escritórios ou armazéns vinculados às atividades do porto ou colégios, aos poucos, adquiriram novos usos turísticos como restaurantes ou hotéis.

A grande maioria dessas instalações se encontra localizada em prédios dos séculos XVII, XVIII e XIX, e foi submetida à restauração e, em alguns casos, à reconstrução, com o aproveitamento de apenas alguns elementos como corrimãos, sacadas, vitrais e louças (PLAN MAESTRO, 2006). O processo de recuperação e reabertura das instalações foi paulatino, de 1994 até a atualidade, como é possível observar nas datas de abertura dos hotéis Habaguanex, Companhia que possui o maior número de hotéis em edifícios históricos.

Alguns dos prédios convertidos em hotéis eram cortiços que abrigavam numerosas famílias de baixa renda, como o caso dos hotéis Beltrán de Santa Cruz, El Comendador, Los Frailes, Santa Isabel, Saratoga e Iberostar Grand Packard. Nesse processo, muitas famílias foram removidas para outras zonas da cidade, com maior frequência para Alamar, zona periférica distante (SCARPACCI, 2000). Os prédios de excepcionais valores históricos foram restaurados e refuncionalizados para os novos usuários - os turistas -, com recursos financeiros, tempo livre e poder de compra.

As paisagens das praças e ruas de Havana Velha, assim como as terrazas de Barcelona, têm sido invadidas pelas mesas e cadeiras dos restaurantes turísticos estatais, tornando estes espaços públicos exclusivos para os turistas. Para o mural do antigo Liceo Artístico y Literario de La Habana, inaugurado em 2000, no qual aparecem importantes figuras da intelectualidade cubana, por exemplo, foram criados muros de proteção para a fruição turística (Figura 2).

O Puerto de la Habana também foi renovado para abrigar os negócios turísticos. As atividades tradicionais de carga e descarga de produtos têm sido transferidas para outras zonas da baía, menos visíveis para o turista e, no seu lugar, o Terminal Internacional de Cruceros ocupa o espaço. A refuncionalização dos Almacenes de Depósito San José, entre 2005 e 2009 (PARRA, 2015), transformou-os no Centro Cultural Antiguos Almacenes de Depósito San José, com exposição e venda

de artesanatos turísticos, com souvenirs padronizados da maioria dos destinos coloniais. O programa de recuperação da antiga zona portuária foi concluído em 2015.



Figura 2 - Mural do antigo Liceo Artístico y Leterario de La Habana. Fonte: Trabalho de Campo, (2018).

Além da função portuária, o Centro Histórico cresceu como núcleo urbano a partir das cinco praças principais e das ruas que as unem (CASTILLO, 2001). Das praças fundadoras, Plaza de la Catedral, Plaza del Cristo, Plaza de San Francisco, Plaza de Armas e Plaza Vieja, as três primeiras abrigam igrejas católicas ou espaços religiosos construídos pelos espanhóis. Com a refuncionalização turística, mesmo com a manutenção dos usos primários, as igrejas e as praças tornaram-se ícones destacados nas campanhas turísticas sobre Havana (Figura 3):



Figura 3 - Catedral de la Virgen María de la Concepción Inmaculada de La Habana na Campanha Turística Auténtica Cuba. Fonte: <https://thecrazycircus.com/cuba/>

Essa refuncionalização turística acentuou as contradições socioespaciais. Se, por um lado, se investe na recuperação do Centro, por outro, uma parte dos antigos moradores, sobretudo a população mais pobre que mora nos cortiços, é removida para zonas periféricas com menos serviços, equipamentos e transporte. Mesmo por vias indiretas, o aumento do custo de vida com a presença de restaurantes, bares e centros noturnos expulsam os moradores que perdem o acesso à essa parte da cidade por não possuírem poder aquisitivo para consumi-lo¹. Observamos que, semelhante às cidades capitalistas, a cidade se fragmenta em função das classes sociais e da renda.

GENTRIFICAÇÃO À HAVANESE

Segundo Morales (2016), alguns autores como Betancur (2014) e Ghertner (2015), ao estudarem a gentrificação², afirmam que o conceito não descreve o fenômeno na escala planetária, pois refere-se ao momento pós-industrial do norte global. Morales (2016, p.221), porém, explica que não se pode rejeitar este conceito apenas pelo fato de que algumas expressões atuais, e no Sul, não sejam réplicas do modelo descrito nos primeiros casos na Inglaterra, segundo ele: “La gentrificación asume también diversas manifestaciones sociales y físicas dependiendo del contexto, pero siempre con el efecto de producir desplazamiento o exclusión desde el centro urbano de los segmentos sociales más bajos (...)”. Concordando com Morales (2016), Delgadillo (2016), Janoschka (2016) e AUTOR 2 (2017), esta pesquisa sobre o Centro Histórico de Havana Velha assume que existem diferentes manifestações socioespaciais do processo mais global de gentrificação, sendo que esta está presente em muitos casos de reestruturação urbana que ocorrem na América Latina, lembrando que a preocupação inicial com a recuperação da habitação nas áreas centrais degradadas deu lugar a uma nova forma de pensar a paisagem urbana, o urbanismo, o emprego, o consumo e o lazer.

Na América Latina tais intervenções urbanas nos centros antigos passaram a ocorrer de modo mais recorrente nos anos 1990, voltadas à recuperação destas áreas para o consumo cultural, o lazer e o turismo, e não para o retorno das classes médias e das elites para fins residenciais, como ocorreu nos países centrais (AUTOR 2, 2017). E mesmo na América Latina encontramos traduções diversas desse mesmo processo, como é destacado aqui o caso do Centro Histórico de Havana Velha, em Cuba.

Nos anos 1970 e 1980 o Centro Histórico de Havana Velha era “un hábitat precário” (SEGRE, 1997, p.817), em condições de vida e moradia. Como medida paliativa às condições de moradia, o governo entregou imóveis desocupados e espaços vazios das lojas do Centro Histórico para que muitas famílias as transformassem em habitações:

Sin controles ni reglamentaciones, cada usuario adaptó a sus necesidades y posibilidades el tratamiento de las fachadas, convirtiéndose ligeros paños de grandes cristales en ciegos muros de bloques o ladrillos (...) la altura de los locales (...) generó la proliferación de barbacos (entrepisos) realizadas com improvisadas estructuras de madera. Su peso y diseño afectó la estabilidad de los antiguos edificios y el tratamiento exterior, al dividirse los altos paños verticales de rejas y ventanas, típicos del diecinueve habanero, en toscas aberturas con persianas (...) (SEGRE, 1997, p.815).

Antes dos anos 1980 essa zona possuía um alto índice de desocupação, delinquência e moradores com baixo nível educacional, e prevalecia uma população negra (SEGRE, 1997). Nos anos 1980, 131 palácios e mansões transformaram-se em descuidadas ciudadelas ou quarterías que, semelhantes aos cortiços no Brasil, eram densamente ocupadas e em condições higiênicas precárias (SEGRE, 1997). As adaptações realizadas pelos moradores as tornaram moradias funcionais, porém, deterioraram a imagem da cidade e geraram desmoronamentos de prédios (SCARPACCI, 2000).

Para Castillo (2001, s.p.), antes de 1990, muitas construções eram “(...) ruínas parciais que sufrieron un grave deterioro por sobreutilización, maltrato, desidia y falta de mantenimiento adecuado (...)”. Nos anos 1990, com a valorização turística do Centro Histórico, retornam os investimentos para essa área, com a recuperação de antigos casarões e palácios para a implantação de imóveis luxuosos. A Figura 4 ilustra a transformação do antigo prédio da Manzana de Gómez, que abrigava escolas, farmácias e lojas populares, no Manzana Kempinski, em 2017, primeiro hotel de luxo de Havana.



Figura 4 - Manzana de Gómez (2003) e Hotel Manzana Kempinski (2018). Fonte: <https://archpaper.com/2017/04/cuba-tourism-modernist-buildings/> e trabalho de campo (2018).

Se considerarmos as afirmações de Morales (2016), para quem, para que exista gentrificação é preciso que ocorra a remoção ou a expulsão da população carente, podemos concluir, a partir da análise da mudança da densidade populacional, que no Centro Histórico de Havana Velha ocorreram casos de deslocamento da população. Antes de 1990 a densidade populacional era entre 500 e 1000 habitantes por hectare edificado; na atualidade, houve uma redução da densidade para 433 habitantes (SEGRE, 1997; HERNÁNDEZ, 2018).

Para Delgadillo (2015), existe um deslocamento por pressão devido ao aumento do custo de vida. E mesmo que o processo de recuperação do Centro Histórico de Havana Velha esteja marcado pela recuperação de alguns prédios destinados à moradia social, aos projetos de interesse estatal (programas para escolas, hogares maternos, asilos de ancianos), nas melhorias da infraestrutura (sistema viário, abastecimento de água) (ALOMÁ, 2001; LEAL, 2004), e pelos discursos do governo sobre a permanência dos moradores (LEAL, 2004), observa-se casos de deslocamento negociado, como pontuam alguns autores e os sujeitos entrevistados. Embora sem dados oficiais, Scarpacci (2000, p. 295) calcula que a Habaguanex tenha deslocado pelo menos 200 moradores.

Entre 12 atores dos diferentes grupos entrevistados sobre a existência de remoção da população

local no Centro Histórico, 77% negou a existência de casos deste tipo, 15% afirmou que aconteciam e 8% explicou que não sabia sobre o assunto. Porém, 54% reconhece casos de deslocamentos da população mediante uma negociação entre os moradores e as instituições estatais. A partir das entrevistas realizadas foi possível identificar três tipos de deslocamentos: 1) Os moradores do Centro Histórico, sem recursos para realizar a restauração, aceitam trocar uma casa em mau estado no Centro por outra em melhores condições, longe de Havana Velha. O Estado a restaura e imprime a ela um outro uso; 2) Remoção da população por perigo de desmoronamento; 3) Remoção da população para efetuar a reabilitação para o futuro retorno dos moradores.

Esses deslocamentos estão associados à recuperação, contudo, alguns entrevistados afirmam que existem edificações que ainda não foram restauradas porque os moradores não querem deixar seus prédios, ou, quando perguntados se conhecem casos de remoções forçadas do bairro, afirmam:

(...) conozco muchas personas que vivían en La Habana Vieja, los sacaron de los edificios, los mandaron para Alamar, en el mejor de los casos, porque hubo mucha gente que los mandaron hasta para albergues y después nunca los devolvieron a sus edificios (...) (informação verbal)³

Em relação à situação legal das moradias, mais de 75% são privadas e, aproximadamente, 12% das moradias são de usufruto gratuito, especialmente nos cortiços, número que tem diminuído desde 2001, quando representavam 40%. O aumento do número de moradias privadas (menos de 50% em 2001) está associado à reabilitação dos cortiços em prédios de apartamentos. Estas ações foram realizadas pelo Estado para que, segundo critérios de idade (favorecendo os idosos), da situação legal da propriedade da moradia, ou existência de algum membro com alguma incapacidade, entre outros, os novos apartamentos fossem entregues aos moradores que permaneceram. Essa ação visou diminuir a densidade dos prédios, contudo, nem todas as famílias permaneceram (PLAN MAESTRO, 2016).

No Centro Histórico moram 55.484 pessoas (HERNÁNDEZ, 2018) com 25.927 habitantes por quilômetro quadrado. A população economicamente ativa é de 60,2% do total, com salário médio de 553 CUP (22,12 CUC), e a maior parte da população trabalha no setor estatal (PLAN MAESTRO, 2016). A alta densidade nesta zona se explica pela existência de aproximadamente 850 cortiços, nos quais se encontra mais da metade das 21.241 moradias (PLAN MAESTRO, 2016).

Nas imediações da Plaza Vieja também existe uma Comunidad Provisoria que, segundo um trabalhador estatal entrevistado:

(...) es una residencia protegida donde personas que han perdido su casa, otros ancianos que están solos y ya no quieren estar solos, bueno, pues vienen para acá, tienen un límite, tienes que ser mayor de 60 años, entiendes? Y ellos, bueno, mientras se valgan por ellos solos, ellos se cocinan, se hacen todas las cosas, cuando no puedan está la residencia de Paulo, que allí sí tienen las enfermeras, los médicos, todo, que los cuidan. (informação verbal)

Então, neste caso, não se pode falar de uma mudança completa da zona, ou que se apagaram totalmente os vestígios de pobreza da paisagem urbana. Segundo Segre (1997, p. 818), existem “(...) fronteras muy bien definidas, entre los espacios cualificados por los que deambulan los turistas y las zonas interiores totalmente abandonadas a su propio destino (...)”, conforme nos mostra a Figura 5, com as diferenças entre as ruas Mercaderes, recuperada para a atividade turística e via de circulação entre hotéis, e a rua Muralla, ainda não recuperada e que abriga vários moradores.



Figura 5 - Ruas Mercaderes e Muralla (de esquerda para direita). Fonte: Trabalho de campo (2018).

No caso de Cuba, também algumas práticas populares não foram excluídas da cena urbana, como os vendedores ambulantes do Centro Histórico que são um atrativo turístico valorizado e vendem os produtos mais diversos, como cebolas e temperos, água de coco, churros, bonecas artesanais, chapéus ou pastéis (Figura 6).



Figura 6 - Vendedores ambulantes no Centro Histórico de Havana Velha. Fonte: Trabalho de campo (2018).

Mas a valorização do solo é crescente e, uma vez que ocorre a reinversão e a revitalização destes centros urbanos, há uma consequente substituição dos moradores tradicionais de baixa renda, por uma população das classes médias e altas (SMITH, 2012).

No caso de Cuba, a partir da revolução de 1959, se erradicou a especulação imobiliária, o Estado nacionalizou a maior parte da terra e se determinou um preço padrão para o solo urbano. Nem a localização, nem as características do entorno modificariam esse valor (FERNÁNDEZ e PLEYÁN, 2000). Contudo, com a reabilitação do Centro Histórico, embora o valor oficial do solo continue sendo o mesmo, ocorre uma valorização monetária informal dos imóveis, o que permite uma renda adicional. Segundo Fernández e Pleyán (2000, s.p.) existem alguns “(...) propietarios que alquilan inmuebles y que elevan sus rentas en función de procesos de regeneración urbana (...)”, e outros que decidem sair da zona para negociar suas próprias casas de maneira ilegal ou, por exemplo, por meio de novas oportunidades de locação como o airbnb.

Vários entrevistados confirmaram o aumento do valor das casas, mesmo quando este incremento não é oficial, ele é socialmente reconhecido e aceito pela população. O encarecimento do solo, neste caso, está ligado ao interesse em morar ou ter um negócio na zona central renovada, de fácil acesso e com muitos serviços, fundamentalmente, associados ao turismo internacional.

E existe, ainda, uma revalorização do solo amparada pelo Estado, conforme apontam Nuñez, Brown e Smolka (2007, p. 286):

(...) la Oficina del Historiador (...) comenzó a recaudar impuestos directos e indirectos que suman el 35 por ciento de los ingresos de empresas privadas no relacionadas con la Oficina, tales como hoteles, establecimientos comerciales y restaurantes que se han beneficiado de las labores de rehabilitación del distrito histórico (...)

Os elevados valores do mercado informal de imóveis e os altos impostos sustentados pelo Estado na zona do Centro Histórico apontam para um encarecimento do solo. Em Cuba, por muitos anos, se defendeu a inexistência de classes sociais, mas a chegada dos novos grupos econômicos alterou essa estrutura. Segundo Noguera (2004), a partir de 1969, podemos identificar em Cuba quatro grupos sociais distintos: os trabalhadores, os camponeses, os intelectuais e o pequeno setor privado. Segundo o autor, até 1989 não existiam grandes diferenças econômicas entre estes grupos; com o início do Período Especial ocorreu uma série de mudanças na economia, tais como a legalização do dólar e a consolidação de uma economia que opera em duas moedas (CUP e CUC, este último equivalente ao dólar estadunidense); ampliação do trabalho privado; transformações no setor agrícola com aumento do setor camponês privado, entre outras. Para Noguera (2004), a chegada desses novos sujeitos de perfis socioeconômicos variados gerou um rearranjo no interior da estrutura social, uma nova estratificação de classes.

Segundo os depoimentos, os cubanos reconhecem a existência de classes sociais dentro da sociedade cubana e o pertencimento à classe média ou alta, para os entrevistados, está relacionado a melhores condições de vida, tais como: posse de casa e de carro próprios; ganhos em CUC (a depender do setor onde se trabalha) ou recebimento de dólares oriundos de remessas de familiares que residem no exterior; ter um negócio privado; posse de dinheiro poupado; possibilidades de férias e de viajar ao estrangeiro, como viagens comerciais informais que garantem uma renda extra.

Esse processo é uma “(...) desigualdad caracterizada por producirse en un modelo de pirámide social invertida, donde un taxista, un camarero o un participante de la economía sumergida se coloca por encima de un investigador doctor en ciencias o que un cirujano (...)” (NOGUERA, 2004, p. 53). As emergentes classes média e alta cubana estão muito vinculadas ao setor dos serviços, e muitos profissionais qualificados deixam a sua formação para dedicarem-se aos serviços vinculados ao turismo ou a práticas informais.

Segundo os entrevistados, as classes médias e altas cubanas continuam morando fora do Centro Histórico e só possuem negócios na zona, o que configura a gentrificação nos centros antigos das cidades da América Latina. Estes não são renovados, necessariamente, para moradores, mas para o turismo. Antigos residentes da zona também criaram os seus próprios negócios não estatais, mas a maioria destes negociantes são de outras zonas e, em alguns casos, administram o dinheiro de

estrangeiros que investem em negócios em Havana Velha.

Ainda que, no caso de Havana, os investimentos turísticos tenham chegado mais de 30 anos depois da declaratória da UNESCO, devido às características do marco legislativo cubano que, por exemplo, não favorecia o surgimento de negócios privados até 2010, e proibia a compra e a venda de imóveis até 2011, é inegável a associação entre o patrimônio mundial, o turismo e a renovação urbana da área e a atração de uma população com maior poder aquisitivo.

Existe, ainda, uma grande diferença de qualidade e de preços entre os serviços dirigidos para cada grupo, para a população local, estabelecimentos com preços em CUP e em estado precário; para os serviços turísticos, edifícios em bom estado de conservação, bem equipados e caros. Também existe um forte contraste entre o estado construtivo das moradias da população local e das instalações turísticas, tanto estatais como privadas (Figuras 7 e 8):



Figura 7 - Hotel Iberostar Parque Central. Fonte: Trabalho de campo (2018).



Figura 8 - Grupo de moradias vizinhas ao Hotel Parque Central. Fonte: Trabalho de campo (2018).

Segundo Scarpacci (2000), Delgadillo (2015) e Prudente (2009), no Centro Histórico de Havana Velha acontece um processo de gentrificação associado à recuperação da cidade histórica para o uso turístico. Segundo um entrevistado que trabalha na gestão do patrimônio:

(...) no hay un caso de gentrificación agudo como en otros Centros Históricos en el mundo, pero sí ya hay uno emergente, como un caso primitivo de la gentrificación. Personas que se han tenido que desplazar porque su vivienda estaba en mal estado, no han podido repararla, no han tenido el dinero para repararla y han tenido que vender, y han llegado las clases que sí lo han podido hacer (...) (informação verbal)⁴

Por um lado, ocorreu uma refuncionalização turística, o deslocamento de moradores mais pobres e especulação imobiliária, ainda que informal. Por outro, ainda existem práticas populares, moradias precárias, moradores de baixa renda e projetos sociais para pessoas que perderam suas casas por desmoronamentos. Parodiando Castillo (2015), que assinala que em Lima acontece um processo de gentrificación a la limeña, pelas características específicas que acompanham o processo e que não são todas as descritas na bibliografia sobre o tema, no caso de Havana pode-se considerar, então, uma gentrificação à havanese.

CONCLUSÃO

O problema no Centro Histórico não se resume à recuperação do seu patrimônio edificado; a paulatina expulsão dos moradores, com a substituição destes por turistas, e a conversão da cultura em moeda de troca para a legitimação de uma segregação socioespacial, indicam um processo de gentrificação em Havana Velha, porém, como uma tendência que pode se instalar mesmo em um país socialista e com um governo ainda preocupado com a sua população.

O turismo é um dos principais motores da economia cubana, tanto nacional, local, como para as pessoas vinculadas à atividade; o desafio é mantê-lo como uma base importante da economia para o Centro Histórico, ao mesmo tempo em que esta área da cidade continue pertencendo e sendo apropriada pelos moradores tradicionais, sujeitos da cultura que se quer representar como atrativo turístico.

Contraditoriamente ao sistema socialista, a reinversão de capital nessa área urbana por iniciativa governamental, dos investimentos privados e dos pequenos e grandes capitais imobiliários, todos com interesses vinculados ao setor turístico, traz o inevitável conflito da reprodução social do espaço em um processo de apropriação desigual do solo e de acumulação de capital.

A substituição dos moradores tradicionais por investidores e consumidores, a remoção direta ou indireta da população mais vulnerável e com baixo poder aquisitivo, o aproveitamento do patrimônio histórico e cultural como recurso territorial, as mudanças estéticas e culturais em curso devido à introdução do turismo, enfim, todo esse processo aqui apresentado indica um tipo de gentrificação que pode estar em curso, mesmo ali, onde o sistema político pensou-se protegido do capitalismo.

NOTAS

1- Em Cuba existem duas moedas para as transações: Peso Cubano (CUP) e Peso Cubano Convertível (CUC). Os trabalhadores estatais recebem a maior parte do salário em CUP, sendo que 24 CUP são equivalentes a 1 CUC. O salário mínimo mensal em Cuba é de 400 CUP (16 CUC). O CUC surge no Período Especial, na crise da economia cubana, nos anos 1990, como uma moeda cubana equivalente ao dólar estadunidense (1 CUC = 1 USD), com o objetivo de eliminar o excesso de liquidez em CUP; estabilizar a taxa de câmbio (chegou a ser 150 CUP por 1 USD); e servir como uma alternativa ao dólar para, posteriormente, desdolarizar a economia (FERNANDES E MARTINS, 2015). Porém, na troca de efetivo de USD a CUC é cobrada uma taxa em torno de 10%, e não é possível trocar de USD a CUP diretamente, o dinheiro em USD deve ser trocado a CUC e de CUC a CUP. Atualmente, na maioria dos estabelecimentos comerciais, são aceitos tanto o CUP como o CUC, mas os serviços turísticos possuem altos preços em CUC, o que revela o favorecimento do turismo internacional em detrimento da população local.

2- O conceito de gentrificação, criado pela socióloga Ruth Glass, em 1964, para analisar a transformação imobiliária ocorrida na elitização de bairros operários londrinos, estendeu-se à recuperação das áreas centrais abandonadas pelo declínio da industrialização. Tal processo espalhou-se em cidades europeias e norte-americanas nos anos 1970 até alcançar o que Smith (2012) considerou uma gentrificação generalizada.

3- Os depoimentos citados aqui são resultado de entrevistas aplicadas durante o trabalho de campo realizado em Havana em setembro de 2018.

4- Informação fornecida por um trabalhador estatal entrevistado no trabalho de campo realizado em Havana em setembro de 2018.

REFERÊNCIAS

ALOMÁ, A. Pasión y prejuicio en la construcción del patrimonio de La Habana. In: ALOMÁ, P. (Org.). Cuba: las centralidades urbanas son los lugares de la memoria. Bogotá: Instituto Distrital de Patrimonio Cultural, 2015a. p. 89-136.

_____. El Centro Histórico de la Habana: un modelo de gestión pública. In: CARRIÓN, F. (Org.). Centros Históricos de América Latina y el Caribe. UNESCO-Paris, France/FLACSO-Quito, Ecuador. 2001. p. 217-236.

_____. Un marco conceptual para la gestión del desarrollo integral de los centros históricos: el caso de la Habana Vieja. In: ALOMÁ, P. (Org.). Cuba: las centralidades urbanas son los lugares de la memoria. Bogotá: Instituto Distrital de Patrimonio Cultural, 2015b. p. 165-218.

BETANCUR, J. Gentrification in Latin America: overview and critical analysis. Urban Studies Research, [S.L], jan. 2014.

CASTILLO, C.C. ¿Gentrificación a la limeña en el Centro Histórico de Lima? ¿Expulsión o inclusión? 1993-2013. In: DELGADILLO, V.; DÍAZ, I.; SALINAS, L. (Org.). Perspectivas del estudio de la gentrificación en México y América Latina. México D.F.: UNAM, 2015. p. 133-152.

CASTILLO, O.M. La contribución del turismo al rescate patrimonial del centro histórico de La Habana Vieja. La Habana: Facultad de Arquitectura. Universidad de La Habana, 2001.

CONSEJO NACIONAL DE PATRIMONIO CULTURAL. Declaratorias de los Monumentos Nacionales. Disponível em: <http://www.cnpc.cult.cu/> Acesso em: 27 mar. 2019.

DELGADILLO, V. Patrimonio urbano, turismo e gentrificación. In: DELGADILLO, V.; DÍAZ, I.; SALINAS, L. (Org.). Perspectivas del estudio de la gentrificación en México y América Latina. México D.F.: UNAM, 2015. p. 113-132.

EMISORA HABANA RADIO. La voz del patrimonio cubano. Disponível em: <http://www.habana-radio.cu/>. Acesso em: 01 fev. 2019.

FERNÁNDEZ, R.; Principios, organización y práctica del turismo. 1ra. ed. La Habana: Universidad de La Habana, Facultad de Turismo, 2008. p. 1-141.

FERNÁNDEZ, R.; PLEYÁN, C. La regeneración en la Habana Vieja: ¿Un modelo de gestión que moviliza las plusvalías urbanas? Lincoln Institute of Land Policy. 2000.

GHERTNER, A. Why gentrification theory fails in ‘much of the world’. City, [S.L], v. 19, n. 4, p. 552-563, jul. 2015.

AUTOR 1. 2019.

HERNÁNDEZ, J.C. La economía social y solidaria en el modelo de gestión integral del Centro Histórico de La Habana. [S.L], mai. 2018. Disponível em: https://www.economiasolidaria.org/sites/default/files/news_attachments/Juan%20C%20Santana%20-La%20Habana%20Oficina%20del%20Historiador.pdf. Acesso em: 22 nov. 2018.

ICOMOS. Evaluación de la organización consultiva (ICOMOS). 1981. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/204/documents/> Acesso em: 22 nov. 2018.

JANOSCHKA, M. Gentrificación, desplazamiento, desposesión: procesos urbanos claves en América Latina. Revista INVI. Santiago de Chile, v. 31, n. 88, p. 27-71, 2016.

LEAL, E. La rehabilitación del Centro Histórico de La Habana: Una obra esencialmente humana. In: Forum Universal de las Culturas, 2004, Barcelona. Disponível em: http://www.cccb.org/rcs_gene/havana.pdf, 2016.

MONNET, J. Géopolitique de la visibilité: les icônes urbaines contemporaines à Mexico. ETHINGTON, Philip J. & SCHWARTZ, Vanessa R (eds.). Atlas of Urban Icons: Studies in Urban Visual History. Multimedia Companion to Special Issue of Urban History, vol. 33, N°1, Cambridge University Press, 23 p. halshs-00107065, 2006.

MORALES, E. Acerca de una gentrificación “planetaria”, políticamente útil. Revista INVI. Santiago de Chile, v. 31, n. 88, p. 217-240, 2016.

NUÑEZ, R.; BROWN, J.; SMOLKA, M. El suelo como recurso para promover el desarrollo en Cuba. In: SMOLKA, M.; MULLAHY, L. (Org.). Perspectivas urbanas. Temas críticos en políticas de suelo en América Latina. Massachusetts: Lincoln Institute of Land Policy, 2007. p. 284-290.

NOGUERA, A. Estructura social e igualdad en la Cuba actual: La reforma de los noventa y los cambios en la estructura de clases cubana. Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe. n. 76, p. 45-59, 2004.

AUTOR 2. 2012.

_____. 2017.

PLAN MAESTRO. Desafío de una utopía: una estrategia integral para la gestión de salvaguarda de la Habana Vieja. 2004. Disponível em: <http://www.planmaestro.ohc.cu/recursos/papel/libros/desafioutopia.pdf>, 2017.

_____. Una experiencia singular. Valoraciones sobre el modelo de gestión integral de La Habana Vieja, Patrimonio de la Humanidad. La Habana: Editorial Boloña, 2006. Disponível em: <http://www.planmaestro.ohc.cu/recursos/papel/libros/singular.pdf>, 2018.

_____. Plan Especial de desarrollo Integral 2030. La Habana Vieja, Centro histórico. La Habana: Plan Maestro, Oficina del Historiador de la Ciudad de La Habana, 2016. Disponível em:

<http://www.planmaestro.ohc.cu/index.php/instrumentos/pedi> , 2019.

PRUDENTE, D.V.C. Cuba e Brasil: patrimônio cultural e políticas de patrimonialização. 2009. 132 f. (Tese Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural) - Universidade Católica de Goiás.

RESTAURA, Empresa de Proyectos (OHCH). Archivo digital. La Habana, 2018.

SANTOS, G.C.A. A representação da crise do Período Especial em Cuba na obra Trilogia suja de Havana. Revista Eletrônica da ANPHLAC, [S.L], n. 17, p. 139-168, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/view/2165> . Acesso em: 22 nov. 2018.

SCARPACCI, J. Winners and losers in restoring Old Havana. In: TENTH ANNUAL MEETING OF THE ASSOCIATION FOR THE STUDY OF THE CUBAN ECONOMY (ASCE). 10., 2000, Miami. Association for the Study of the Cuban Economy, 2000. 289-300.

SEGRE, R. La Habana: el ansiado rescate del Centro Histórico. In: SCARPACI, J.L.; SEGRE, R.; COYULA, M. (Org). Havana: two faces of the Antillan Metropolis. New York: John Wiley & Sons, 1997. p. 813-824.

SMITH, N. La nueva frontera urbana: Ciudad revanchista y gentrificación. Madrid: Traficantes de sueños, 2012. Disponível em: <https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/La%20nueva%20frontera%20urbana-TdS.pdf> Acesso em: 28 set. 2017.

UNESCO. La Habana Vieja y su sistema de fortificación. 2018. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/204/> Acesso em: 22 nov. 2018.

VESCHAMBRE V. Traces et mémoires urbaines, enjeux sociaux de la patrimonialisation et de la démolition. Presses universitaires de Rennes, 2008.